

O Progresso na Ciência e o “Politicamente Correto”

Uma reflexão baseada no pensamento de Larry Laudan

Vasco Moço Mano[†]

04-06-2023

Resumo

Neste trabalho abordamos as contribuições de Larry Laudan para a questão do progresso científico. O modelo proposto, baseado na eficácia das teorias na resolução de problemas, serve de ponto de partida para uma breve reflexão sobre a influência contemporânea que as dificuldades de visão do mundo exercem sobre o desenvolvimento das ciências. Este trabalho foi realizado no âmbito da disciplina de Filosofia das Ciências II, parte do curso de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal.

Palavras-chave: Dificuldades de Visão de Mundo; Larry Laudan; Politicamente Correto; Progresso Científico.

[†]<mailto:vascomocomano@gmail.com>

I A ciência como uma atividade de resolução de problemas

Durante uma importante parte da sua história, a evolução da ciência foi marcada por um ideal de racionalidade. A atividade científica, entendida em continuidade com o próprio pensamento filosófico, pressupõe sempre, em abono da verdade, um princípio de pensamento racional, mas a partir de determinado momento, talvez devido à forte influência exercida por uma matemática pura que parecia evoluir de modo seguro e independente de uma realidade em constante mutação — fazemos referência, neste particular, à geometria cartesiana —, as ciências naturais também passaram a procurar para si um estatuto semelhante, isto é, o estabelecimento como um sistema de racionalidade que permitiria ao humano, a partir daquele, observar, reconhecer e perceber o conteúdo de “verdade” do mundo.

Em concordância, os filósofos das ciências procuraram identificar e perceber os métodos e os formalismos que poderiam garantir às ciências uma tal espinal de racionalidade que se traduzisse na tal desejada autoridade sobre as suas conclusões e pressupostos. Exemplos como a mecânica newtoniana ou a teoria evolutiva de Darwin pareciam apontar nesse sentido positivista: devia ser possível obter um esquema, ainda que aproximado, do miolo racional desses exemplos que nos permitisse replicá-lo com vista ao contínuo, e continuamente aperfeiçoado, progresso científico. O progresso científico radicaria justamente neste processo.

No ocaso do século XX, todavia, os filósofos das ciências viram-se a braços com um óbice a este projeto. Nomes como Thomas Kuhn e Paul Feyerabend destacaram-se num período em que a racionalidade da ciência deixou de ser vista

como um dado adquirido: verificaram que os vários modelos de racionalidade elaborados exibiam uma fraca adesão à realidade da atividade científica; mostraram que a ligação entre os métodos da ciência e a sua verdade, plausibilidade ou progressividade era inexistente; e descobriram que os métodos científicos, no que diz respeito à tomada de decisão e à escolha entre teorias rivais, tinham muito de irracional. Perante este quadro, o ideal de progresso científico viu-se profundamente abalado e a ciência viu-se reduzida, comparada, no essencial, a um mero conjunto de crenças, um dogma ou uma ideologia.

Neste contexto, a proposta de Larry Laudan, apresentada em [8] e desenvolvida noutras obras, como em [9], pode ser vista como simultaneamente sofisticada e inovadora: observar a ciência como uma atividade associada à resolução de problemas, circunscrevendo a sua racionalidade aos estritos limites desta atividade e rejeitando conceitologia clássica como “confirmação” ou “falsificação” de teorias, obsoleta fora de um contexto de tradução da verdade lógica do mundo natural. Laudan ensaia um novo modelo de racionalidade para as ciências, antagónico a modelos falsificacionistas pró-popperianos, rejeitando a distinção clássica entre racionalidade e progresso científico e, pelo contrário, defendendo a sua íntima relação. Para Laudan, a racionalidade estabelece-se precisamente na escolha das teorias mais progressivas, colocando a ênfase do progresso no processo cognitivo. O progresso ocorrerá, justamente, se a sucessão de teorias mostrar um aumento de eficácia na resolução de problemas.

Na abordagem laudaniana, o foco deslocar-se-á, por conseguinte, do potencial explicativo das teorias relativamente ao mundo natural para as suas capacidades em resolver problemas, assim como naquilo a que Laudan chama de *tradição de investigação*. Este conceito vem substituir o *programa de investigação*

de Lakatos o qual, por sua vez, veio ocupar o lugar dos *paradigmas científicos* de Kuhn. Nos três casos, falamos de uma espécie de super-estrutura que engloba as teorias individuais e procura iluminar o seu desenvolvimento. Os paradigmas de Kuhn eram omissos na explicação dessa ligação, enquanto que os programas de investigação de Lakatos, embora não o fossem, levantavam uma série de outros problemas: constituíam-se como estruturas exclusivamente empíricas e demasiadamente rígidas para serem bem sucedidas na explicação do progresso científico. Como se refere em [1], «Laudan procurou dirigir a filosofia da ciência para longe dos factos explicativos e em direção à “resolução de problemas”. (...) Mas Laudan também questionou a primazia da explicação. Ele argumentou que as dinâmicas da ciência são melhor compreendidas como uma procura de novas soluções para problemas» e não através do seu potencial explicativo do mundo.

2 Problemas empíricos, problemas conceptuais e progresso científico

No enquadramento teórico laudiano, a importância das teorias científicas provém das soluções que fornecem para os problemas, nas virtudes das respostas fornecidas e os seus méritos prendem-se mais com a importância dos problemas que resolvem do que propriamente com a quantidade de problemas resolvidos. Neste sentido, Laudan procede a uma análise exaustiva dos tipos de problemas que uma teoria enfrenta e a sua relevância: distingue entre problemas empíricos, de primeira ordem, e problemas conceptuais, de ordem superior, estudando-os separadamente, embora admita uma continuidade entre eles, isto é, que os dois tipos coexistam na maioria dos problemas.

Os problemas empíricos são problemas que dizem respeito, direta ou indiretamente, a questões sobre o mundo natural. Dizem-se de primeira ordem por se constituírem como questões substantivas referidas a objetos do domínio de uma ciência. Laudan distingue três tipos de problemas empíricos: problemas não resolvidos, isto é, problemas sem uma resposta adequada por parte de nenhuma teoria; problemas resolvidos, o caso contrário ao anterior; e problemas anómalos ou anomalias, ou seja, problemas não resolvidos por uma teoria, mas resolvidos por alguma teoria concorrente. Neste ponto, é óbvio que os problemas resolvidos contam sempre a favor de uma teoria e que os problemas anómalos, pelo contrário, contam contra. Já os problemas não resolvidos representam caminhos de investigação futura. Um dos objetivos do progresso científico seria, pois, transformar problemas não resolvidos e anómalos em problemas resolvidos.

Relativamente a cada um destes tipos de problema, Laudan tece considerações oportunas e que escapam ao espectro tradicional. Os problemas não resolvidos, por exemplo, são diminuídos em importância: «problemas não resolvidos geralmente contam como problemas genuínos apenas quando deixam de ser não resolvidos», [8, pág. 18]. Para Laudan, devido a inúmeros fatores relacionados com a nossa capacidade em “ler” e “medir” o mundo, nunca temos a certeza se um certo dado empírico é efetivamente genuíno e, mesmo quando possuímos um grau de confiança elevado a esse respeito, temos dificuldade em enquadrar esse problema num domínio científico adequado e alocá-lo a teorias capazes de o resolver. Por isso, a história das ciências exhibe muitos exemplos de problemas tidos como não resolvidos para uma teoria e que deixam de o ser quando resolvidos por teorias de outros domínios científicos. Face ao exposto, o conjunto

dos problemas não resolvidos é considerado como irrelevante na avaliação dos méritos de uma teoria científica.

Em sentido contrário, a contabilidade dos problemas resolvidos por uma teoria assume um papel fundamental. Entende-se que um problema é resolvido quando uma teoria apresenta uma explicação sobre o mundo que fornece uma resposta à questão levantada pelo problema e os cientistas crêem nessa explicação. Neste ponto, Laudan rejeita as perspectivas logico-estruturalistas demasiadamente exigentes e considera que basta a uma teoria incorporar uma proposição aproximada ao problema para poder resolvê-lo, sendo absolutamente irrelevante saber se a teoria é verdadeira ou falsa, abundante ou escassamente confirmada: o que os cientistas buscam é uma semelhança aproximada entre resultados experimentais e previsões teóricas. Laudan nota também a relação entre a solução de um problema e o momento histórico: o que conta como solução num certo momento pode não contar, ou ter contado, noutra.

De modo análogo, Laudan considera os problemas anómalos de um modo distinto do que a visão filosófica tradicional. Em evidente oposição com o pensamento de nomes como Francis Bacon ou Karl Popper, a ocorrência de uma anomalia deveria levantar dúvidas sobre a teoria que a exhibe, mas não implicava o seu necessário abandono. Ademais, as anomalias não precisariam de ser inconsistentes com as teorias associadas. A base de que Laudan parte é que qualquer problema resolvido por uma teoria converte-se automaticamente numa anomalia para todas as outras teorias que não o tenham resolvido e instâncias de refutação não resolvidas possuem, muitas vezes, um escasso valor cognitivo. No final das contas, uma anomalia pode revelar-se um simples problema com os dados experimentais recolhidos. Reside também aqui o grande potencial da aborda-

gem laudiana: como a ciência deixa de ser avaliada em função do seu putativo poder explicativo universal e passa a ser contemplada apenas através da sua capacidade em resolver problemas, falhar a resolução de um problema já resolvido por uma outra teoria deixa de constituir um revés definitivo.

Mais importante do que o trabalho de análise e distinção entre diferentes tipos de problemas empíricos é a atribuição de diferentes pesos aos mesmos. Rejeitando abordagens meramente contabilistas, como no caso de Kuhn, Laudan considerará problemas de elevada importância, isto é, problemas que concedem à teoria capaz de os resolver uma assinalável preponderância face à concorrência, e, pelo contrário, problemas de importância marginal, cuja resolução não se revela determinante para o sucesso de uma teoria. A este propósito, Laudan elenca várias formas de inflacionamento ou deflacionamento da importância de um problema: o inflacionamento por solução (a mera resolução de um problema por uma teoria viável adiciona valor a esse problema, uma vez que coloca uma pressão em toda a teoria concorrente que não tenha sido capaz de resolver esse problema), o inflacionamento por solução de anomalia (a solução de uma anomalia traduz-se num forte argumento a favor da teoria responsável), o inflacionamento por construção de arquétipo (certos problemas têm um significado especial ou estrutural no contexto das teorias em que se inserem), a atribuição de peso por generalidade (quanto mais gerais, mais importantes serão os problemas), o deflacionamento por dissolução (perda de importância do problema por alterações profundas dos entendimentos que se têm do mundo) e, por fim, o deflacionamento por modificação do arquétipo (perda de relevância de um problema devida ao descrédito de uma certa estrutura de teorias). Neste ponto da exposição, deve resultar claro que a atribuição de valor a um problema está,

em geral, fortemente dependente das teorias existentes: sem uma teoria apropriada, os métodos de inflacionamento/deflacionamento acima descritos não seriam aplicáveis.

Também relativamente aos problemas anómalos, Laudan segue a mesma metodologia sublinhando a necessidade de avaliar a sua importância ou qualidade em contexto com as outras teorias concorrentes à teoria que exhibe tal anomalia. Relativamente a este tipo de problemas, Laudan faz ainda os seguintes sublinhados: que a importância de uma anomalia pode sofrer acentuada variação de acordo com o tempo e as circunstâncias históricas; que o grau de discrepância entre os dados observáveis ou experimentais e as previsões teóricas é um fator importante na atribuição de valor a uma anomalia; assim como a idade da anomalia e a sua resistência a soluções apresentadas pela teoria. A experiência mostra, para Laudan, que todas as teorias exibem instâncias anómalas. De facto, qualquer fenómeno novo que seja previsto por uma teoria constitui-se como uma anomalia para as restantes teorias do mesmo domínio científico. Adicionalmente, a história mostra que as teorias, não sendo entendidas como putativos compêndios de fórmulas universais do funcionamento do mundo, devem ser sujeitas às necessárias alterações e ajustes para serem capazes de dar respostas adequadas às anomalias que exibem. Concomitantemente, perdem relevância as experiências cruciais de Bacon ou Popper, já que, sob o crivo do entendimento de Laudan, raramente se revelam como decisivas.

Se o trabalho de Laudan de organização e sistematização dos problemas empíricos é, por si só, importante, é na parte respeitante aos problemas conceptuais que se mostra mais distintivo. Em grande medida desconsiderados pela generalidade dos filósofos e historiadores da ciência, estes tipo de problemas assume-se

como um elemento fundamental na análise do progresso científico sem o qual o nosso entendimento sobre o curso das ciências será sempre limitado e empobrecido. Ao contrário dos problemas empíricos, os problemas conceptuais referem-se sempre a alguma teoria, são característicos de teorias e não possuem uma existência delas independente — por isso, dizem-se problemas de ordem superior, relativos à boa fundamentação da estrutura conceptual das teorias.

Laudan distingue entre problemas conceptuais internos, quando a teoria exhibe certas inconsistências internas lógicas ou falta de clareza dos seus conceitos, ambiguidade ou circularidade, e externos, quando a teoria entra em conflito com outra teoria ou doutrina que se acredita bem fundamentada. Esse conflito pode-se manifestar por inconsistência lógica ou incompatibilidade; quando as duas teorias, embora logicamente compatíveis, se revelam conjuntamente implausíveis, isto é, quando a aceitação de uma torna a aceitação da outra menos provável; ou quando uma teoria emerge para reforçar outra mas revela-se meramente compatível com ela.

Na valorização de um problema conceptual, Laudan considera as seguintes situações: quanto maior for a tensão entre duas teorias, mais peso terá o problema conceptual; dado um problema conceptual entre duas teorias, o peso do problema para uma será tanto maior quanto maior for a confiança que tivermos na outra teoria; dadas duas teorias, se uma gerar problemas conceptuais que a outra não gerar, então o peso desses problemas será significativo; se ambas gerarem os mesmos problemas conceptuais, então cada um deles terá pouco peso; finalmente, quanto maior for a idade de um problema conceptual, mais significativo, e quanto mais recente, menos relevante será o problema. Note-se que, em geral, Laudan refere-o, «um problema conceptual será mais sério do que

uma anomalia empírica», [8, pág. 64].

Laudan estabelece, assim, as bases para um modelo de progresso científico baseado na resolução de problemas: tomando o problema resolvido, seja ele empírico ou conceptual, como unidade básica, o objetivo da ciência seria maximizar o âmbito dos problemas empíricos resolvidos, ao mesmo tempo que minimiza o campo de problemas conceptuais e anomalias. Mais concretamente, a eficácia de uma teoria em termos de resolução de problemas seria o diferencial entre os problemas que consegue resolver e os que não consegue ou gera (anomalias e problemas conceptuais), uma aferição que não se limita à mera contabilidade indiscriminada, mas que tem em conta os diferentes pesos atribuídos a cada problema, isto é, a sua significância ou relevância. Nas palavras de Laudan: «[n]ada [do que foi] dito estabelece que a abordagem de resolução de problemas se constitui como um modelo viável de progresso e racionalidade. O que pode ser estabelecido, todavia, é que este modelo pode acomodar como racional um número de características persistentes do desenvolvimento científico que são vistas como intrinsecamente irracionais pelas narrativas prevalentes da ciência. A esse respeito, [o modelo] promete ser capaz de explicar porque é que a ciência funciona tão bem como funciona», [9, pág. 87]. Trata-se, pois, de uma abordagem pragmática, moderada e conciliadora, nomeadamente no que concerne à racionalidade e a uma história que se revela em constante mutação, uma abordagem que observa a evolução das ciências como um contínuo, rejeitando a ideia de revolução de Kuhn.

3 O “politicamente correto” e desafios à ciência contemporânea

Em [8], Laudan discute três classes de dificuldades com o potencial de gerar problemas conceituais externos: casos de tensão entre duas teorias científicas de domínios diferentes, às quais chama de *dificuldades intra-científicas*; casos em que uma teoria científica está em conflito com as teorias metodológicas da comunidade científica relevante, as *dificuldades normativas*; e casos onde uma teoria científica está em conflito com alguma componente da mundivisão dominante, que denomina de *dificuldades de visão do mundo*. Será sobre estas últimas que refletiremos no remanescente deste ensaio.

Este terceiro tipo de dificuldades emerge de uma incompatibilidade da teoria com algum corpo de crenças não científicas, crenças metafísicas, teológicas, valores éticos e, até, tradições de pensamento lógico. Quando pensamos em ciência temos, por vezes, a tendência para a considerar imune a tudo o que a rodeia e que não é gerado por si, pela sua investigação e método. Parte do pensamento positivista e racionalista assenta, justamente, num ideal de ciência autónoma, que vale e progride por si própria e de acordo com as suas leis, eliminando, do seu caminho, tudo o que não se enquadre. Talvez por isso mesmo, poucos tenham sido os filósofos e historiadores das ciências que tenham atribuído valor a este tipo de dificuldades de visão do mundo. Todavia, a compreensão da existência deste tipo de dificuldades é milenar: o cético Enesidemo de Cnossos, séc. I a.C., elencou, [7, pág. 476], entre os seus dez modos (*tropos*) da dúvida, a educação, as leis, as crenças e as convenções como formas que influenciavam diferentemente as perceções humanas e que justificariam a *suspensão do juízo*.

Uma reflexão atenta sobre a questão que tenha em consideração o desenvolvimento histórico das ciências, em particular, e do pensamento, em geral, levar-nos-á a concluir que a ciência dificilmente conseguirá converter-se num corpo imune à influência deste tipo de crenças não científicas. Em primeiro lugar, porque não imaginamos um ponto em que o racional científico consiga “preencher” todo o vazio do conhecimento que imaginamos possível, esclarecendo todas as dúvidas e fornecendo explicações cabais em todos os planos ou subdivisões da existência. Em segundo lugar, porque há algo nestas crenças que é constitutivo do humano, que o compõe em partes iguais com o racional e que, em última análise, o distingue de uma máquina com uma existência delimitada ao cumprimento de uma função particular. As dificuldades erguidas pela religião ao derrube do modelo geocêntrico ptolomaico e ao estabelecimento de modelos heliocêntricos do universo, marcadas pelas perseguições inquisitórias a Copérnico e Galileu, são um exemplo extremo destas dificuldades. Laudan refere, também, em [8], o grande problema que a mecânica newtoniana teve para explicar como poderia o sol exercer uma tamanha força sobre a Terra, quando desta distava enormemente, um problema fruto das conceções científicas daquele contexto histórico.

Não precisamos, contudo, de recorrer à história para averiguar a influência das crenças que temos sobre o mundo no modo como se guia o desenvolvimento científico: o mundo contemporâneo é um campo fértil para o fazermos. De facto, hoje em dia, qualquer investigação científica cujos resultados se possam opor aos entendimentos que temos do mundo, podemos-lo imaginar, terá variados obstáculos. Por exemplo, investigações a ocidente cujos resultados possam sugerir qualquer tipo de diferenciação — cultural, racial, de género, ou outra —

entre os homens, seriam sempre alvo de uma forte indignação e resistência, uma vez que, sobretudo ao longo do último séculos, desenvolvemos crenças coletivas muito fortes no que diz respeito à igualdade entre os seres humanos. Raciocínios análogos poderiam ser emitidos relativamente a outras questões que reúnem, nos dias de hoje, um elevado grau de unanimidade, como a questão climática, mais recente, ou a questão económica, mais enraizada nas sociedades ocidentais. E não se trata apenas de uma oposição trivial externa: o desenvolvimento científico encontra-se fortemente institucionalizado, dependente quer a nível central, dos estados que, em geral, se assumem como fontes de financiamento primordiais, quer a nível mais localizado, dos patrocínios de empresas e instituições privadas. Quer num caso quer noutro, o mecenato científico normalmente associa os seus donativos aos seus próprios códigos de ética e a quadros de valores que também contêm em si mesmos componentes claras de publicidade na promoção de imagens públicas aceites pela generalidade da população. Collins, em [4, pág. 60], realça os conflitos e desacordos “provocados” pelos financiadores e decisores políticos e pelo público alargado. Existem, para além do exposto, oposições de ordem interna, residentes no íntimo seio das estruturas responsáveis pelo desenvolvimento das ciências.

Num artigo de 2005 intitulado *Estará o politicamente correto a prejudicar a ciência?*, [6], Philip Hunter reflete sobre como o pensamento dominante e a pressão exercida pelos pares pode influenciar negativamente a inovação em ciência, desencorajando o pensamento não alinhado ou desviante da norma. O autor chama a atenção para uma pressão que se instala no seio da própria instituição científica: «Os cientistas gostam de apresentar uma imagem para o mundo exterior como sendo muito iconoclastas e cétricos. No entanto, eles têm uma

completa conformidade de opiniões relativamente a certas coisas, e vitimam as pessoas que diferem dela», refere Hunter, citando Bruce Beutler. Contudentemente crítico relativamente ao processo de *peer review* de aferição de qualidade científica e publicação no meio académico, Hunter prossegue: «Mais preocupante, contudo, é que tal politicamente correto pode distorcer a investigação, com consequências não apenas relativamente à direção da ciência, mas também para assuntos públicos como políticas de saúde». Neste particular, Hunter serve-se do exemplo da vacina da gripe: apesar de apenas 10% das estirpes serem prevenidas pela vacina da gripe, o autor considera que a pressão dos pares, em conjunto com uma «aliança» com os interesses das companhias farmacêuticas, tem feito com que, ano após ano, se exerça um forte incitamento à imunização de crianças e da população em geral.

Mais recentemente, em 2016, o filósofo Nathan Cofnas refere, em [3], que «[a]ceitar ou rejeitar hipóteses de acordo com o facto de serem politicamente desejáveis resultará em adotarmos crenças que não serão epistemicamente justificadas» e também «de uma perspetiva sociológica, quando as hipóteses são vistas como apoiando certos valores morais ou objetivos políticos desejáveis, os cientistas frequentemente recusam abandoná-las tendo em vista as evidências empíricas». Num artigo de opinião do *American Council on Science and Health*, [2], Alex Berezow baseia-se na argumentação de Cofnas para afirmar que «alguma investigação é tão politicamente controversa que poucos se atrevem a falar dela em público com medo de entrar em conflito com o controlo do politicamente correto».

A influência das dificuldades de visão de mundo sobre o progresso científico apresenta ainda fortes interseções com a questão da objetividade na ciência.

Por exemplo, Kathleen Okruhlik, em [10], defende como os enviesamentos culturais, particularmente aqueles relacionados com o género, exercem influências decisivas sobre a tomada de decisão no âmbito das ciências biológicas, colocando em causa o mito das decisões puramente guiadas através de critérios cognitivos.

Não é o objetivo deste ensaio tecer juízos de valor sobre o conjunto de crenças que, em maioria, de um modo mais ou menos democrático, partilhamos como sociedade e que, hoje em dia, se convencionou apelidar de “politicamente correto”. Não colocamos aqui em causa a pertinência ou, até, a desejabilidade de tais valores na construção de um ideal de vida. Em particular, sublinhamos o estudo de Goncalo et al., [5], que sugere que a imposição de normas restritivas do comportamento, de acordo com o chamado “politicamente correto”, em ambientes de trabalho mistos no que diz respeito ao género, tem, ao contrário do que supostamente seria expectável, efeitos positivos a nível da criatividade dos trabalhadores. Não temos, portanto, qualquer problema em admitir a bondade de tais crenças que compõem uma certa mundivisão coletiva. Seria até interessante refletir sobre esta questão: o que deve assumir prioridade no desenvolvimento humano, o princípio da “racionalidade” científica ou o princípio da ética ou da moral? Pretendemos ser uma espécie de súbditos de uma suposta “racionalidade” das ciências — sucessivamente colocada em causa ao longo dos últimos séculos, de Nietzsche a Foucault, de Kuhn a Feyerabend — ou, pelo contrário, ensaiarmos aproximações possíveis ao *übermensch* nietzschiano, fazedor dos seus próprios valores, construtor do seu próprio caminho, tendo-se a si próprio como referência última? Não é esse, todavia, o ponto deste trabalho. O que pretendemos sublinhar é que esses valores que compõem a nossa mundivisão coletiva, o “politicamente correto”, não são epistemologicamente neutros e

exercem uma inexorável influência sobre a atividade científica, em particular, e sobre o modo como pensamos, em geral.

O progresso científico é, também, função destas inúmeras “parcelas de irracionalidade”, de crenças, de valores, de ideais, de princípios éticos de como devemos fazer as coisas, de modos, tradições e lógicas de pensamento, perfeitamente arbitrários. A tomada de consciência desta característica essencial do progresso científico revela-se, pois, como fundamental para podermos resgatar — hoje, mais do que nunca — algum controlo sobre uma área cada vez mais determinante na experiência e vida humanas, a ciência.

Nota final: todas as citações em português de referências bibliográficas escritas noutra língua são da responsabilidade do autor deste trabalho.

Referências

- [1] Barker, P. e Gholson, B., “From Kuhn to Lakatos to Laudan”, *Advances in Child Development and Behavior*, Ed. W. Reese, Vol. 18, pp. 277-284, 1984.
- [2] Berezow, A., “Political Correctness Prevents Advancement of Science”, *American Council on Science and Health Website*, <https://www.acsh.org/news/2016/08/11/political-correctness-prevents-advancement-of-science>, 2016.
- [3] Cofnas, N., “Science is not always “self-correcting” : fact–value conflation and the study of intelligence.”, *Foundations of Science*, Vol. 21, No. 3, pp. 477-492, 2016.

- [4] Collins, H., “A comunidade científica em tempos de disputa”, in *A Ciência Tal Qual Se Faz*, coord. F. Gil, pp. 53-64, Edições João Sá da Costa, Lisboa, 1999.
- [5] Goncalo, J., Chatman, J., Duguid, M. e Kennedy, J., “Creativity from constraint? How political correctness norm influences creativity in mixed-sex work groups”, *Administrative Science Quarterly*, Vol. 60, Issue 1, pp. 1-30, 2015.
- [6] Hunter, P., “Is political correctness damaging science?”, *European Molecular Biology Organization Reports*, Vol. 6, No. 5, pp. 405-407, 2005.
- [7] Laércio, D., *Lives of the Eminent Philosophers*, E. J. Miller, Trad. P. Mensch, Oxford University Press, 2018.
- [8] Laudan, L., *Progress and Its Problems: Towards a Theory of Scientific Growth*, University of California Press, 1978.
- [9] Laudan, L., *Beyond Positivism and Realism*, WestviewPress, 1996.
- [10] Okruhlik, K., “Gender and the Biological Sciences”, *Canadian Journal of Philosophy*, Vol. 24, Sup. Vol. 20: Biology & Society: Reflections on Methodology, pp. 21-42, 1994.